

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

CONSTRUÇÃO, INTERFACES E
PERSPECTIVAS NO BRASIL

VOLUME III



RiMa

© 2012 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Arte da capa

Arthur Valencio

S681s Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III /organizado por Norma Valencio – São Carlos : RiMa Editora, 2012.

350 p. il.

ISBN – 978-85-7656-255-9

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3 Defesa civil.
4. Mudanças climáticas. I. título. II. autor

CDD 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3411-1729

POVOS TRADICIONAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: RESILIÊNCIA OU NECESSIDADE ADAPTATIVA ÀS NOVAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS?

Raquel Duarte Venturato

INTRODUÇÃO

O debate sociológico acerca dos desafios impostos ao modo de vida dos povos tradicionais na região Amazônica do país diante os eventos extremos do clima, e de seus desdobramentos na base biofísica e na dinâmica ecossistêmica terrestre e aquática, é muito recente.

Das muitas formas como essa problemática pode ser tratada, deve-se ter em conta a que a situa dentro do conceito bourdieusiano de *habitus*. Segundo Bourdieu (1983, p.53), *habitus* é

um sistema de disposições duráveis e transitórias, integrando todas as experiências passadas, os quais funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferência analógica de esquemas que permitem resolver os problemas de modo semelhante e graças as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados.

Significa dizer que o *habitus* é um conceito potencialmente norteador para identificar o conjunto de práticas que tais povos, nos âmbitos público e privado, exercitam não apenas diante os mesmos problemas de um dado cotidiano, mas diante de problemas novos. No contexto amazônico, a dinâmica natural das águas doces tem influência direta sobre o *habitus* característico do modo de vida dos povos tradicionais e, em especial, naquele que

forja o processo identitário das comunidades ribeirinhas, sendo um fator regulador dos sistemas reprodutivos socioespaciais desse grupo social e, particularmente, a plasticidade de seu lugar.

As enchentes e cheias assim como as vazantes e secas, dos rios e igarapés da região, não representam fenômenos ambientais ameaçadores à reprodução social das comunidades ribeirinhas; pelo contrário, são marcadores do meio que dão parâmetros à organização dos processos de territorialização dessa coletividade, de forma a atendê-la em suas necessidades e anseios da vida familiar e grupal, assim como do ritmo que imprime às mesmas. A segurança alimentar ribeirinha caracteriza-se pelo esforço de autoconsumo que envolve, no centro, a produção agrícola e a extração animal, no binômio farinha-peixe, mas do qual participa a extração vegetal, o artesanato e outros; porém, os excedentes são comercializados e outras demandas de consumo fazem parte do repertório cultural continuamente renovado pelo grupo.

Deslocamentos periódicos, por via fluvial, muito frequentemente são realizados para suprir o acesso comunitário a serviços básicos, tais como os de saúde e educação, bem como para manter as relações econômicas como as que envolvem a compra e a venda de produtos alimentícios e outros itens de primeira necessidade. Isto é, tanto a forma de organizar as ações no próprio território comunitário quanto àquela adotada no *habitus* para complementar os mínimos vitais e sociais, através de vínculos com outros territórios, passar pelo fluir das águas doces. Essas, por seu turno, no contexto amazônico, tem estreita relação com os fenômenos atmosféricos, que ditam a sazonalidade das águas brancas (degelo) e pluviais.

Qualquer alteração abrupta nessa relação que envolve os sistemas físico-atmosférico e biofísico tem repercussão na dinâmica de organização socioespacial das rotinas das comunidades ribeirinhas, cujos ajustes requeridos são consideráveis.

Dentre as indagações sociológicas pertinentes diante essa problemática cabe, com destaque, as seguintes: em que medida o *habitus* dos ribeirinhos permitirá resolver os problemas críticos, no cotidiano comunitário, decorrentes de secas ou cheias atípicas? Quais as disposições que, até então, duráveis, precisarão dar ensejo a novas percepções, apreciações e ações para permitir a sobrevivência e reprodução social do grupo?

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS DO CLIMA COMO UM CONTEXTO AMAZÔNICO

Na medida em que os eventos extremos do clima incidam, direta ou indiretamente, na modificação do território, ameaçam e vulnerabilizam os

grupos sociais que constituem sua identidade de maneira territorializada, como os povos tradicionais da Amazônia brasileira.

Adger (2006) entende a vulnerabilidade como um estado, segundo o grau de exposição e de sensibilidade às perturbações ou ameaças externas de um sujeito bem como sua capacidade adaptativa frente estes desafios que tal exposição gerou. Na revisão feita por Adger e colaboradores (2005), viu-se que os eventos extremos do clima são sérias ameaças, capazes de perturbar os vários grupos sociais, incluindo povos tradicionais, a ponto de eventualmente explicitar sua incapacidade de resiliência, o que significa a necessidade dos mesmos de incorporar, no seu repertório, novas dimensões de antecipação sobre o conhecimento das ameaças e estratégias de respostas. Para a ecologia, resiliência é a capacidade de um sistema socioecológico integrar uma perturbação no seu funcionamento, sem perder sua estrutura e funções essenciais, bem como sua capacidade de adaptação às novas circunstâncias (CARPENTER *et al.*, 2001). Essa concepção parte da ideia de que qualquer interrupção nesse sistema é arbitrário o que, então, é conciliável com o conceito bourdieusiano de *habitus*.

Povos tradicionais possuem um conjunto de representações sociais específicas sobre o ecossistema naturais em que se inserem. Isso lhes possibilita agregar e articular elementos do meio natural aos seus sistemas de objetos de modo a animar uma organização social durável naquele território e conectá-lo a outros. Assim, se a dinâmica ecossistêmica se altera, as formas de entendimento compartilhado do mundo ao redor e suas articulações extraterritoriais sofrerão uma pressão para a reelaboração das práticas sociais, condicionadas pelo arcabouço cultural, que deve manter-se alargado para as modificações ensejadas pelas mudanças do clima.

Alterações ecossistêmicas drásticas para o contexto amazônico são sinalizadas para as próprias décadas em razão de eventos extremos do clima. Nos últimos anos, estudos de Marengo *et al.* (2004), Marengo (2008a; 2008b; 2008c) e Marengo e Valverde (2010) e outros apontam para uma intensificação nas ocorrências de eventos extremos do clima. Esses, associados a características socioculturais e sociopolíticas expressas na organização territorial, produzem desastres. Quarantelli (1998) e Nasreen (2004) e outros definem desastre como uma situação coletiva de estresse, com ruptura do funcionamento adequado de seu território por um dado período e de tal modo que essa crise social articula prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais.

Ocorrências que levam aos desastres no Brasil estão associadas às instabilidades atmosféricas severas, que são responsáveis pelo desencadeamento de inundações, vendavais, tornados, granizos e escorregamentos

(MARENGO, 2007). Segundo os resultados apresentados no III Simpósio Internacional de Climatologia, organizado pela Sociedade Brasileira de Meteorologia (2009), as regiões mais vulneráveis a desastres relacionados a eventos naturais extremos no Brasil são o Sul, Nordeste e Norte por serem as mais afetadas pelo aumento na frequência e intensidade de eventos extremos. Em Marengo (2008b, p.13) encontra-se a afirmação de que a situação na Amazônia é preocupante.

Em 2005, uma forte estiagem – a maior dos últimos 103 anos – atingiu o Leste do Amazonas, quando alguns rios chegaram a baixar seis centímetros por dia. Milhões de peixes apodreceram e morreram nos leitos de afluentes do Amazonas que serviam de fonte de água, alimentos e meios de transporte para comunidades ribeirinhas (Marengo *et al.*, 2008 a, b; Zeng *et al.*, 2008; Aragão *et al.*, 2007). As chances de ocorrerem períodos de intensa seca na região da Amazônia podem aumentar dos atuais 5% (uma forte estiagem a cada vinte anos) para 50% em 2030 e até 90% em 2100 (Cox *et al.*, 2008).

Em outro trecho, o autor revisa diversos trabalhos sobre precipitação na bacia amazônica, onde afirma que:

Na Amazônia e no Nordeste, ainda que alguns modelos climáticos globais do IPCC AR4 apresentem reduções drásticas de precipitações, outros modelos apresentam aumento. A média de todos os modelos, por sua vez, é indicativa de maior probabilidade de redução de chuva em regiões como o Leste e o Nordeste da Amazônia como consequência do aquecimento global (MARENGO, 2008, p.15).

E continua:

(...) o Brasil é vulnerável às mudanças climáticas atuais e mais ainda às que se projetam para o futuro, especialmente quanto aos extremos climáticos. As áreas mais vulneráveis compreendem a Amazônia e o Nordeste do Brasil, como mostrado em estudos recentes. O IPCC AR4 mostra reduções de chuva no Norte e no Nordeste do Brasil durante os meses de inverno JJA (junho, julho, agosto), o que pode comprometer a chuva na região Leste do Nordeste, que apresenta o pico da estação chuvosa nessa época do ano (MARENGO, 2007; MARENGO *et al.*, 2007, p.17).

Em recente publicação, Obregon e Marengo (2011, p.20) apontam outros fatores que influenciam o clima, tal como o fenômeno El Niño:

O fenômeno El Niño – Oscilação Sul (ENOS) – cujo centro está no Oceano Pacífico tropical, mas tem alcance mundial – foi reconheci-

do como um dos maiores padrões que afetam o clima da Amazônia. Existem registros de secas durante alguns eventos intensos do El Niño, como em 1912, 1926, 1983 e 1998. A seca de 2010 começou durante um evento do El Niño no início do verão austral daquele ano e depois tornou-se mais intensa durante o evento de La Niña. A precipitação abaixo da média no verão, que pode ser associada ao El Niño, fez baixar o nível dos rios.

Neste documento, Marengo *et al.* (2011, p. 24) fazem uma revisão acerca de eventos extremos sazonais na Amazônia, trazendo dados das secas de 2005 e 2010 e enchentes de 2009:

A seca de 2005 teve efeitos devastadores sobre as populações humanas ao longo do principal canal do Rio Amazonas e seus afluentes, tanto a oeste quanto a sudoeste: o Rio Solimões (também conhecido como Rio Amazonas em outros países amazônicos) e o Rio Madeira, respectivamente. Os níveis dos rios atingiram os menores valores observados em sua história e a navegação ao longo dos canais teve que ser suspensa. A queda nos níveis dos rios e a seca dos lagos das planícies aluviais levaram à alta mortalidade de peixes, o que afetou as populações para as quais a pesca constitui um meio de subsistência. A seca de 2005 foi mais grave nesse aspecto do que aquela associada ao El Niño de 1997/1998, porque as condições meteorológicas subjacentes favoreceram a evaporação mais intensa, aumentando a dessecação dos lagos.

E concluem (p. 24):

Em suma, a Região Amazônica passou por dois períodos de extrema seca em apenas cinco anos. No mesmo período, a população também teve de enfrentar a enchente recorde de 2009. A Amazônia está periodicamente sujeita a enchentes e secas, mas esses exemplos recentes destacam a vulnerabilidade das populações humanas e dos ecossistemas dos quais elas dependem aos atuais eventos climáticos extremos.

Ao adentrarmos ao ano de 2012, a Amazônia tem sido tomada por grande volume de chuvas seus principais rios dão sinais que cheias ainda maiores do que as havidas no ano de 2009, o que mostra que os problemas de segurança humana relacionadas a eventos extremos do clima estão se tornando frequentes.

Para refletirmos sociologicamente sobre o problema, e trazer a escala global das mudanças do clima para o nível local de aspectos de sua mani-

festação, é preciso nos deter na singularidade dos povos da floresta úmida e seus processos de territorialização, como os que habitam na região do Alto Juruá, estado do Acre, nos quais passamos a nos deter. Ao compreender as dimensões socioculturais e sociopolíticas contidas no “estar no terreno”, maior a possibilidade de refletirmos sobre como alterações involuntárias nesse terreno tenderão a gerar desafios que apenas em parte são equacionáveis no seio das disposições duráveis do cotidiano do grupo. De outro lado, a contenção do processo de territorialidade de povos tradicionais em Unidades de Conservação (UC), como as Reservas Extrativistas (RESEX), impõe formas de manejo e de organização espacial controladas por um aparato institucional moderno, de caráter ambiental. Este cerceia qualquer alteração mais brusca e autônoma que o grupo tradicional quisesse dar à paisagem para responder aos desafios de um evento extremo do clima. Significa dizer que o *habitus* do grupo tradicional desenvolve também o predispõem a incorporar o sistema de sentidos da racionalidade moderna tanto para proteger os seus direitos territoriais quanto para aceitar a sujeição de sua estrutura endógena de autoridade por agentes da modernidade, os quais definirão o problema para, então, aceitar o enquadramento (ou não) da visão tradicional em torno de ações de resiliência ou adaptação.

Vejamos alguns aspectos da questão através do caso da Resex do Alto Juruá.

SERINGUEIROS: DA LUTA PELA POSSE DA TERRA À CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

A história de consolidação do estado do Acre esteve muito atrelada a lutas políticas por territórios. Ainda no século XIX, no início do primeiro ciclo da economia da borracha, disputas territoriais entre os governos brasileiro, boliviano e peruano ocorriam na região fronteira (ALMEIDA, 2004). “Desde então, a geopolítica da fronteira amazônica entremeava-se com a biogeografia econômica” (ALMEIDA, 2004: p.36). Em território peruano, o látex vegetal, pertencente ao gênero *Castilloa*, denominado *caucho*, era extraído a partir do corte raso da planta, o que implicava em deslocamentos periódicos e influenciava o nomadismo dos caucheiros.

Já em território brasileiro, a floresta era rica em seringais, com árvores de diferentes espécies e pertencentes ao gênero *Hevea* (EMPERAIRE e ALMEIDA, 2002 *apud* ALMEIDA, 2004: p.36). Essa característica permitiu a fixação de moradias e a extração a partir de um processo contínuo e renovável, o que, de certa forma, gerava cobiça entre os caucheiros, isto é, suscitou relações de poder e violência em meio ao grupo.

A instalação das colocações,¹ estrategicamente posicionadas próximo aos seringais, com espécies do gênero *Hevea* e não da *Castilloa*, no final do século XIX, possibilitou a ocupação dessas áreas fronteiriças. De forma que, a partir de então, seringueiros brasileiros passaram a defendê-las como território. Em 1903, foi assinado o tratado Brasil-Bolívia e, no ano de 1909, o tratado Brasil-Peru reconheceu a titularidade brasileira, ainda que não tenha instituído a posse da terra aos seringueiros.

De 1890 a 1910, o estado do Acre viveu o primeiro ciclo de auge da economia da borracha. A produção anual de borracha bruta, entre o período de 1912 a 1914, chegou a 42 mil toneladas. Nesta mesma época, a Malásia investiu no plantio de florestas exóticas de seringueiras para competir mundialmente com o mercado brasileiro. E, em 1920, a produção anual da Malásia chegou a 400 mil toneladas e a preços inferiores que a borracha brasileira (ALMEIDA, 2004).

Com a queda da economia da borracha no Brasil, período que foi de 1920 a 1936, os seringais foram abandonados à própria sorte. A essa altura, “os seringueiros já haviam sido liberados para usar a floresta em lavouras alimentares, ou obter da caça e da pesca sua alimentação” (ALMEIDA, 2004: p.38). Nesse novo quadro, de crise econômica regional, os seringais tornaram-se unidades econômicas quase auto-suficientes sob o ponto de vista alimentar, reduzindo ao mínimo a quantidade de mercadoria que precisavam adquirir fora de suas colocações (ALMEIDA, 1992).

Almeida (2004: p.38) analisa a emergência de “economias duais” em seringais brasileiros a partir de três autores, em diferentes contextos e épocas, são eles: Boeke, na Indonésia, em 1953; Celso Furtado, no Brasil, em 1959 e Keith Hart, no continente africano, em 1982:

Esse tipo de economia continha um setor exportador e um setor de subsistência. Durante as crises de mercado, ocorria a contração do primeiro e, conseqüentemente, a expansão do segundo; em períodos de preços favoráveis, dava-se justamente o contrário, retração do setor de subsistência e ampliação do setor exportador. Um traço característico de tais sistemas é que podem sobreviver indefinidamente, mantendo a estrutura invariante, mas regulando suas proporções existentes entre suas partes.

A emergência das economias duais – produção de alimento para autoconsumo e a venda do excedente aos mercados regionais – consolidou

1. Área que cabe a cada família. A casa do extrativista e as plantações de subsistência ficam no centro, rodeadas pela floresta. Cada colocação é formada por no mínimo três estradas de seringa.

o modo de vida dos seringueiros, de forma a agregar atividades de extração e manejo de recursos naturais – vegetais, caça, pesca –, cultivo agrícola e relações com o mercado.

No segundo ciclo, período que vai de 1940 até meados de 1980, o trabalho escravo fora recriado na Amazônia brasileira pelo próprio Estado, com o apoio financeiro norte-americano. Isso se deu devido à demanda por adquirir borracha de seringais nativos, os quais ainda detinham grande volume da produção de borracha com a finalidade de alimentar a indústria da Segunda Guerra Mundial (ALMEIDA, 1999). No entanto, nem mesmo os incentivos fiscais e as relações trabalhistas inspiradas na escravidão foram suficientes para que os seringueiros produzissem o montante que outrora fora exportado.

Ficara claro, portanto, que os migrantes do primeiro ciclo da borracha viviam estritamente condicionados às atividades de extração do látex. Ambiente muito diferente que os migrantes do segundo ciclo encontraram nos seringais (ALMEIDA, 2004). A partir da queda do primeiro ciclo e do início do segundo, os seringais mantinham a economia familiar baseada nas florestas-camponesas. Significa dizer que,

formalmente, ele [seringueiro] trabalhava como um trabalhador autônomo em estradas de seringa pelas quais pegava renda em produto-borracha; no restante da semana, trabalhava como caçador ou em seus roçados. Esse regime durava cerca de nove meses; nos demais meses do ano, a família dedicava-se a cultivar os roçados, ou a outras atividades (ALMEIDA, 2004: p.39).

Portanto, não havia mais dedicação exclusiva à extração do látex, reduzindo consideravelmente a produção nacional. A incorporação de atividades direcionadas à subsistência das unidades familiares promoveu a multifuncionalidade do modo de vida nos seringais, validando as resistências e firmando ainda mais o objetivo de suas lutas territoriais.

Em outro trecho adiante, Almeida (2004: p.40) conclui que

os seringueiros acreanos sobreviveram ao colapso do primeiro ciclo da borracha anterior à Primeira Guerra Mundial, atravessaram o período entre as guerras tornando-se camponeses e resistiram às tentativas de reproletarizá-la sob o comando norte-americano no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

A resistência do modo de vida nos seringais associou-se não somente aos atributos do território ocupado, mas também ao processo identitário com que as lutas sociais foram empreendidas.

Adiante, em meados da década de 1970, a Amazônia brasileira foi palco de um vasto movimento de ocupação conduzido pela ditadura militar, que teve como objetivo tanto incorporar seus recursos naturais na economia capitalista nacional e internacional como resolver o problema agrário do sudeste e do nordeste do país (ALMEIDA, 2004). A expansão da fronteira agropecuária, associada à extração exploratória de madeira, passou a ser uma ameaça constante e desafiadora em toda Amazônia. Por um lado, os governos militares incentivaram a ocupação e exploração da região, e por outro, essas ocupações passaram a dar início ao processo de expulsão dos seringueiros e a ocupação dos territórios por fazendeiros e grileiros. “*A estrutura amazônica de capitalismo selvagem tomava o lugar dos velhos seringais decadentes. Esse processo foi visto pelos moradores como a chegada dos maus patrões e a depredação das estradas de seringa.*” (ALMEIDA, 2004: p.40).

Tais ações suscitaram uma resposta imediata do movimento, cujo contra-ataque foi fundamentado a partir de uma base unida e organizada. Em 1977, criou-se uma rede de sindicatos rurais que, aliados à ação da Igreja Católica, canalizaram a resistência dos seringueiros contra expulsões. A luta contra a derrubada das florestas ficou conhecida como “empates” – termo derivado do verbo empatar, atrasar, obstruir – liderados originalmente pelo presidente do Sindicato do Trabalhador Rural de Brasília, o sindicalista Wilson Pinheiro e, posteriormente por Chico Mendes (ALMEIDA e CARNEIRO DA CUNHA, 2001). Os empates deram visibilidade às lutas pelo direito ao território e à valorização da floresta em pé. Como resposta ao movimento, na década de 1980, foi fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros, que propôs uma reforma agrária diferenciada, tal como as terras indígenas; isto é, não haveria lotes individuais, e sim grandes áreas protegidas, as reservas extrativistas, em que se realizariam um manejo comunitário dos recursos naturais de forma a garantir sua capacidade de resiliência.

A estratégia geral consistia, por um lado, fortalecer a organização (sindical e cooperativa) e as lutas locais (“empates”); por outro, alcançar a meta da criação das reservas extrativistas com a desapropriação das florestas “griladas”, das quais fazendeiros procuravam expulsar os moradores. Quando Chico Mendes foi assassinado por fazendeiros em dezembro de 1988, o movimento dos seringueiros tinha adquirido um novo perfil de organização – uma combinação de sindicatos (formalmente confederados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG) com uma organização (Conselho) que contava com aliados ambientalistas e que tinha recursos próprios. As lideranças eram as mesmas, mas a atuação do CNS tornava possível aos seringueiros atuar em um campo mais amplo de discussão (ALMEIDA, 2004: p.45).

Como resultado dos empates, os seringueiros foram reconhecidos também como posseiros, de acordo com o Estatuto da Terra, recebendo por suas benfeitorias, mesmo quando expulsos da floresta. Não se tratava somente de impedir os desmatamentos desenfreados, mas sim o de consolidar uma luta que passou a ser de um grupo específico, que só fazia sentido naquele determinado território. Como decorrência dessas lutas, os seringueiros conseguiram ter suas demandas socioambientais próprias incorporadas pelos órgãos estatais. Tais demandas foram transformadas em políticas públicas, com o apoio de assessorias especializadas do meio científico e outras.

A criação das reservas extrativistas implica, necessariamente, numa demanda, ou numa reivindicação, advinda dos próprios povos tradicionais ao CNPT,² os quais se organizam em associações. O Plano de Utilização dos recursos naturais é produto de reuniões que definem as regras de uso econômico e social das atividades implantadas na Reserva Extrativista. Tais regras são expressas em Portarias pelo IBAMA e publicadas em Diário Oficial da União. Ademais, idealmente, os moradores administram e fiscalizam o funcionamento da reserva extrativista e monitoram seus projetos. Através do Núcleo de Base, os diversos grupos de liderança, representam e discutem os problemas que os afetam, ampliando a participação das comunidades no processo gestorário (ALMEIDA, 1999), o que, no plano prático, nem sempre se dá, pois são racionalidades distintas que, por vezes, se entrecrocaram.

Neste contexto, a participação política é fundamental para a consolidação de reservas extrativistas, como a articulada pelos seringueiros, pois é por meio destas expressões socioespaciais que os povos tradicionais, como os do Alto Juruá, podem alimentar suas identidades sociais, em especial na Amazônia brasileira, abrigando o grupo doméstico, a moradia, o trabalho e o lazer. Representa, também, um espaço de sociabilidade própria, marcada por relações de parentela, de vizinhança e compadrio. Em seu interior realizam-se festas, mutirões e formas de cooperações variadas (ALMEIDA, 1988). O desejo pela terra (pela floresta, pelos rios) que os povos tradicionais inerentemente têm abriga tanto a necessidade de assegurar as condições ecológicas para a produção dos elementos materiais para a sobrevivência, como sua cosmogonia, os espaços sagrados e as formas próprias de convivência.

Em conformidade com a concepção original dessa unidade de manejo, há de se considerar a lógica de apropriação do espaço e dos recursos na-

2. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais, órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que nasceu com a função precípua de gerenciar, executar assessorar e monitorar os programas dessa unidade de manejo sustentável, a partir das demandas das próprias populações tradicionais e em trabalho conjunto.

turais presente no sistema tradicional desses povos pautado na observação rigorosa da natureza, de seus ciclos e movimentos, assim como os mecanismos culturais de controle ecológico existentes em sua própria sabedoria tradicional (ALMEIDA, 1988). Portanto, distúrbios nessa relação, como através de eventos críticos do clima, podem induzir o processo de vulnerabilização socioespacial dos referidos grupos sociais posto que o repositório da cultura tradicional tem que fazer ajustes entre o já sabido e experimentado e as novas e excepcionais circunstâncias, as quais exigem a produção de novas estratégias num ritmo mais acelerado do que as condições materiais, por vezes, pode permitir,

Comunidades ribeirinhas situadas na região do Alto Juruá, no estado do Acre, incluindo as que se encontram em reserva extrativista, reproduzem seus *habitus* sociais segundo a sazonalidade das águas doces e seus desdobramentos na flora e fauna associados. Anualmente, o alagamento sazonal do rio Juruá causa uma elevação do nível d'água de 09 a 17 metros, da estação seca para a cheia, sendo 13m a cota de transbordamento em algumas localidades. Esta dinâmica sazonal das águas é causada pelas chuvas nas cabeceiras dos rios da região, associadas ao degelo anual do verão andino (RADAMBRASIL 1977; IBGE e IPEA, 1994; AYRES, 2005). A alta produtividade das várzeas amazônicas, em sistemas aquáticos e terrestres, vem dessas alagações, que enriquecem o solo e influenciam direta e indiretamente nos padrões de ocupação humana, tanto em ambientes de várzea como em terra firme (GOULDING, 1980; JUNK, 1984; JUNK *et al.*, 1989).

CONCLUSÕES PRELIMINARES

A tradição e o *habitus* se reproduzem desde que se assentem num determinado lugar, onde repousa um conjunto de objetos, paisagens e ritmos. No que concerne às comunidades ribeirinhas, suas práticas, técnicas e cosmogonias, que constituem seu processo identitário, estão atrelados aos ritmos das águas, à fauna e aos fenômenos abióticos.

Secas ou cheias excepcionais podem desorganizar o *habitus* coletivo, pela alteração súbita do lugar. A perda dos elementos do território socializado implica em riscos de que o repertório cultural não dê conta, de imediato, a adoção de práticas que garantam a sobrevivência mais imediata do grupo.

Desta forma, para que os atores das instituições modernas, incluindo o do corpo gestor das reservas extrativistas, saibam lidar apropriadamente com esse tipo de crise na esfera social, é recomendado um amplo conhecimento da singularidade dos modos de vida dos povos tradicionais, em especial, o das comunidades ribeirinhas, para que nos seus termos culturais

as medidas de reabilitação e recuperação se concretizem. Ajustamentos em políticas públicas no tema dos desastres devem considerar, em suas diretrizes, as particularidades do arcabouço cultural de cada grupo tradicional e favorecer-se da participação desses na construção das decisões que lhes afetam.

REFERÊNCIAS

- ADGER, W.N. *et al.*, (2005). Social-ecological resilience to coastal disasters. *Science* 309, 1036–1039.
- ADGER, W.N., (2006). Vulnerability. *Global Environmental Change* 16, p.268–281.
- ALMEIDA, M.W. B. (1988). *As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais*, São Paulo. Rio Branco – Ac., mimeo.
- ALMEIDA, M.W.B. (1999). Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Alto Juruá, CNPT/ASAREAJ/UNICAMP.
- ALMEIDA, M.W.B. (2004). *DIREITOS À FLORESTA E AMBIENTALISMO: SERINGUEIROS E SUAS LUTAS*. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – VOL. 19 Nº. 55.
- ALMEIDA, M. W. B.; Carneiro da Cunha, M.M. 2001. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. Pp. 184-193, in Capobianco, J. *et al.* eds., *Biodiversidade Amazônica. Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios*. São Paulo.
- AYRES, M. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.
- BOURDIEU, P., (1983). Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- CARPENTER, S.R., WALKER, B.H., ANDERIES, J.M., ABEL, N., 2001. From metaphor to measurement: resilience of what to what? *Ecosystems* 4, 765–781
- EMPERAIRE, L.; ALMEIDA, M.W.B. (2002). “Seringueiros e seringas”, in M. Carneiro da Cunha e Mauro W. B. Almeida (orgs.), *A enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*, São Paulo, Cia. das Letras, pp. 285-309.
- GOULDING, M., (1980). *The Fishes and the Forest Exploration in Amazonian Natural History*. Berkeley: University of California Press, 280 p.
- IBGE e IPEA (1994). *Diagnóstico Geoambiental e Socioeconômico – Área de Influência da BR-364 Trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE e IPEA.
- JUNK, W.J; BAYLEY, P.B; SPARKS, R.E., (1989). The flood pulse concept in river-floodplain systems. *Canadian Special Publishing Fisheries Aquatic Sciences*, 106, p.110-127.
- JUNK, W.J. (1984). Ecology of the varzea, foodplain of Amazonian whitewater rivers, In: SIOLI, H. *The Amazon: limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin*. Dordrecht, Netherlands: Junk Publishers. P.215-243.
- MARENCO, J. A., (2004). Interdecadal variability and trends of rainfall across the Amazon basin. *Theoretical and Applied Climatology*, n.78, p.79-96.
- MARENCO, J., (2007). *A. Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade – caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI*. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v.1, p.214.
- MARENCO, J. A., (2008a). Hydro-climatic: and ecological behavior of the drought of

- Amazonia in 2005. Philosophical Transactions of the Royal Society of London. *Biological Sciences*, v.21, p.1-6.
- MARENGO, J. A. et al., (2008b). The drought of Amazonia in 2005. *Journal of Climate*, v.21, p.495-516.
- MARENGO, J. A., (2008c). Água e Mudanças Climáticas. *Estudos Avançados* 22 (63), p.83-96.
- MARENGO, J. A. VALVERDE, M. C., (2010). Mudanças na circulação atmosférica sobre a América do Sul para cenários futuros de clima projetados pelos modelos globais do IPCC Ar4. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.25, n.1, 125 – 145.
- MARENGO, J. A.; TOMASELLA, J.; ALVES, L.; SOARES, W., (2011). Eventos extremos sazonais: secas de 2005 e 2010 e enchentes de 2009. In.: *Riscos das Mudanças Climáticas no Brasil – Análise Conjunta Brasil-Reino Unido Sobre Os Impactos Das Mudanças Climáticas E Do Desmatamento Na Amazônia*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 56p.
- NASREEN, M., (2004). *Disaster Research: Exploring Sociological Approach to Disaster in Bangladesh*. *Bangladesh e-Journal of Sociology*. Vol. 1. No. 2. July, 2004.
- OBREGON, G.; MARENGO, J., (2011). Variabilidade e Tendências Climáticas. In: *RIS-COS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL – Análise Conjunta Brasil-Reino Unido Sobre Os Impactos Das Mudanças Climáticas E Do Desmatamento Na Amazônia*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 56p.
- QUARANTELLI, E. L., (1998). Epilogue: Where we have been and where we might go. In: QUARANTELLI, E. L.(ed.) *What is a disaster? Perspectives on the question*. London; New York, Routledge, p. 234-273.
- RADAMBRASIL (1977). Levantamento de Recursos Naturais, Vol.13, Folhas SB/SC 18 Javari/Contamana: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso Potencial da Terra. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral.